

Primeiro Censo Nacional de Animais Errantes contabiliza 930 mil em Portugal Continental

7 de Maio, 2024

O primeiro **Censo Nacional dos Animais Errantes** estima que **existam em Portugal Continental mais de 930 mil animais errantes**, entre eles 830.541 gatos e 101.015 cães. O censo foi desenvolvido para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e financiado pelo Fundo Ambiental.

Os principais resultados apontam para cenários muito distintos entre gatos e cães. Os detentores de gatos têm menores índices de responsabilidade do que os de cães, especialmente ao nível da identificação individual e do acesso ao exterior sem supervisão: 29% dos donos de gatos permitem o acesso ao exterior sem supervisão e 35% tem pelo menos um gato sem identificação e registo. Mais de um terço dos gatos (39%) já caçou e a esterilização cirúrgica é o método mais usado para prevenir ou impedir a sua reprodução (95,4%).

Dos inquiridos detentores de gatos, a maioria (26,8%) era detentora de apenas um ou dois (26,8%) gatos, mas alguns detinham três (17,2%), quatro (7,8%), cinco (5,4%), ou mais de cinco (14,7%), sendo o principal motivo a companhia (78%). A obtenção de gatos foi referida como sendo principalmente de animais encontrados (68,6%), adotados em abrigos (29,5%) ou oferecidos por amigos ou familiares (19,6%). Uma pequena parte dos inquiridos aponta a aquisição de animais a criadores (4%) através da internet (3,8%), ou por criação própria (2,7%).

No que respeita aos gatos errantes, apenas 5,3% dos inquiridos referem que já se sentiram fisicamente ameaçados por um gato errante e 5,9% já foram efetivamente atacados. Quanto à prestação de cuidados a gatos errantes, 83,4% dos inquiridos já providenciaram alimento, 78,6% água, 48,3% abrigo, e 14,1% já prestou outros cuidados.

Já os cães registam elevados índices de detenção responsável: 92% dos detentores de cães identificam e registam todos os seus animais e 92% nunca permitem o acesso ao exterior sem supervisão, enquanto 25% referem que não usam nenhuma forma de contraceção nos seus animais e 28% relatam que os seus cães já caçaram. A maioria dos inquiridos era detentora de apenas um (45,2%) ou dois (24,1%) cães e a principal motivação para a detenção de cães foi a companhia (88%), sendo que 9% dos inquiridos referem a detenção por motivos utilitários. Aproximadamente um em cada quatro detentores (23,9%) adquiriu animais a criadores (17,2%), através da internet (5,3%) ou em lojas de animais (1,4%).

Quanto aos cães errantes, 27,2% referem já ter-se sentido fisicamente ameaçados por um cão errante, dos quais 7,2% já foram atacados. Mais de dois terços (70,5%) dos inquiridos já providenciaram alimento a cães errantes, 65,2% já providenciaram água, 37,1% abrigo, e 17,1% já prestaram outros

cuidados.

O censo revela, ainda, que valores menores de rendimento das famílias e maior índice de desigualdade estão associados a maiores densidades de animais errantes, sugerindo que as dificuldades económicas são um dos fatores que limita comportamentos de detenção responsável. Estes resultados são corroborados pelos resultados dos inquéritos, em que o custo é identificado como a maior barreira à esterilização dos animais.

No que toca ao impacto dos animais errantes na fauna silvestre, foram identificadas 334 espécies silvestres, das quais 201 (60,2%) são vulneráveis à predação por gatos e 143 (48,2%) à predação por cães, devendo este estudo ser aprofundado, segundo os investigadores.

Relativamente às colisões rodoviárias, segundo dados da GNR compilados no estudo, em Portugal continental foram reportados 4.640 atropelamentos, sendo de 4.443 cães e 197 gatos entre 2019 e 2022, tendo 2020 sido o ano em que se reportaram mais atropelamentos (1.428 e 84, respetivamente).

No âmbito do estudo, foi ainda criada a aplicação Errantes (disponível para Android e iOS, desenvolvida pela Universidade de Aveiro em colaboração com o ICNF, que permite que cada utilizador registe os seus dados e os dados dos seus animais de estimação, bem como avistamentos de animais que circulam livremente, ou de presas capturadas por animais com ou sem detentor.

A preocupação da sociedade com o bem-estar dos animais errantes foi a mais consensual nos inquéritos. No que diz respeito à existência de populações de animais errantes, a tendência geral evidente nos inquéritos de atitudes e perceções sociais reflete uma preferência para que não existam ou existam menos animais errantes e de que as populações devem ser reduzidas, desde que não seja comprometido o bem-estar dos animais.